1938 – A TRAGÉDIA DE MUNIQUE

1.ª Parte

Winston Churchill

O Sr. Chamberlain tinha, agora, o controlo absoluto da política externa britânica, e Sir Horace Wilson era o seu confidente e principal colaborador. Não obstante as crescentes dúvidas que o *Foreign Office* sentia acerca da prudência da política do primeiro-ministro, Lorde Halifax[1] seguia as directivas do seu chefe. O gabinete estava profundamente perturbado, mas obedecia. Na Câmara dos Comuns, a maioria que apoiava o governo era habilmente manobrada pelos seus controladores. Um homem, e um só, dirigia os nossos negócios, e esse homem não recuava diante das responsabilidades nem perante os esforços pessoais que a situação exigia.

Na noite de 13 para 14 de Setembro, o Sr. Daladier[2] entrou em contacto com o Sr. Chamberlain. O governo francês era de opinião de que uma diligência comum e pessoal dos dirigentes franceses e britânicos junto de Hitler poderia ser valiosa. Chamberlain, no entanto, já se antecipara. De sua própria iniciativa, telegrafara a Hitler, propondo ir ao seu encontro. No dia seguinte, deu parte disso ao gabinete e, ao início da tarde, recebia a resposta de Hitler, convidando-o a ir a Berchtesgaden. Foi assim que, na manhã de 15 de Setembro, o primeiro-ministro britânico tomou o avião que o levaria ao aeródromo de Munique. O momento era mal escolhido sob todos os pontos de vista. Assim que a notícia chegou a Praga, os dirigentes checos não queriam acreditar. Admiravam-se de que, no preciso momento em que, pela primeira vez, haviam retomado o controlo da situação interna nos Sudetas, o primeiro-ministro britânico viesse, em pessoa, ao encontro de Hitler. Sentiam que essa diligência enfraqueceria a sua posição em relação à Alemanha. O discurso provocador de Hitler, em 12 de Setembro, seguido da revolta dos partidários de Henlein[3], que tinha sido fomentada por alemães, traduzira-se por um malogro, porque não havia encontrado eco na população local. Henlein havia fugido para a Alemanha, e o Partido Germano-Sudeta, privado de direcção, mostrava-se nitidamente contrário à acção directa. O governo checo, no que foi designado por "Quarto Plano", havia proposto oficialmente aos dirigentes alemães dos Sudetas as bases administrativas para uma autonomia regional que, não somente ultrapassava as exigências apresentadas por Henlein em Carlsbad, em Abril, como ainda correspondia perfeitamente à visão exposta por Chamberlain no seu discurso de 24 de Março, assim como às declarações de Sir John Simon (discurso de 27 de Agosto). Mas até Lord Runciman se apercebeu de que um acordo satisfatório entre os dirigentes sudetas e o governo checo era a última coisa desejada pelos alemães. A viagem de Chamberlain proporcionou a estes a oportunidade para agravar as suas exigências, e, seguindo instruções de Berlim, os extremistas do partido sudeta passaram a exigir abertamente a sua incorporação no Reich.

O avião chegou ao aeródromo de Munique ao início da tarde de 15 de Setembro. O primeiro-ministro seguiu depois de comboio para Berchtesgaden. Entretanto, todas as estações de rádio alemãs difundiam uma proclamação de Henlein, exigindo a anexação dos Sudetas ao Reich. Tais foram as primeiras novidades transmitidas a Chamberlain após a aterragem. Tudo tinha sido preparado, sem dúvida, de modo a que delas tivesse conhecimento antes de se encontrar com Hitler. Até essa altura, nunca a questão da *anexação* fora levantada, nem pelo governo alemão, nem por Henlein; e, poucos dias antes, o *Foreign Office* tinha feito saber que ela não fazia parte das possibilidades aceites pelo governo britânico.

---

[1] Edward Frederick Lindley Wood, 1.º Conde de Halifax, desempenhava as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros. (Nota do tradutor)
[2] Édouard Daladier – primeiro-ministro francês. (Nota do tradutor)
[3] Líder do Partido Nazi dos Sudetas. (Nota do tradutor)

O sr. Feiling[4] já publicou um registo das conversações entre Chamberlain e Hitler. O aspecto mais saliente a ter em consideração é o seguinte:

> Apesar da dureza e da crueldade que julguei ver na sua fisionomia, tive a impressão de que se tratava de um homem em quem podíamos confiar, a partir do momento em que desse a sua palavra.[5]

Na verdade, Hitler tinha, desde havia alguns meses, decidido e preparado a invasão da Checoslováquia; só lhe faltava dar o último sinal. Assim que o primeiro-ministro voltou para Londres, no sábado dia 17 de Setembro, convocou o gabinete. Lorde Runciman estava de regresso e o seu relatório não podia deixar de causar impacto. A sua deficiente saúde durante todo este período e a tensão violenta a que tinha sido submetido no decurso da sua missão haviam-no deixado tremendamente diminuído. Assim, recomendava agora "uma política de acção imediata e enérgica", isto é, "a transferência para a Alemanha das regiões de maioria germânica". Tinha, pelo menos, o mérito da simplicidade.

O primeiro-ministro e Lorde Runciman estavam ambos convencidos de que só a secessão dos Sudetas e a sua anexação pela Alemanha poderia dissuadir Hitler de dar a ordem de invasão da Checoslováquia. O Sr. Chamberlain tinha ficado fortemente impressionado pelo seu encontro com Hitler, porque "este último estava disposto a bater-se". Em contrapartida, os seus ministros eram de opinião de que os franceses não tinham nenhuma vontade de o fazer. Não havia, por conseguinte, condições para resistir às pretensões de Hitler sobre o Estado checo. Alguns ministros encontravam consolo em frases do tipo: "O direito dos povos a disporem deles mesmos" ou "As reivindicações de uma minoria nacional devem ser tratadas de forma equitativa"; foi-se mesmo ao ponto de mencionar "o apoio ao fraco contra a brutalidade checa".

Era preciso, agora, acertar prudentemente o passo com o governo francês. Em 18 de Setembro, Daladier e Bonnet[6] vieram a Londres. Chamberlain já havia decidido aceitar, em princípio, as exigências de Hitler, tal como lhe tinham sido apresentadas em Berchtesgaden. Faltava redigir as propostas que os representantes da Inglaterra e da França em Praga deveriam remeter ao governo checo. Os franceses traziam uma série de projectos que estavam, certamente, muito melhor concebidos. Não preconizavam um plebiscito, porque, diziam, isso criaria um precedente que seria logo invocado pelos eslovacos e ruténios. Propunham uma secessão total dos Sudetas e a sua anexação à Alemanha, acrescentando, entretanto, que o governo britânico, assim como a França *e a Rússia* – que, diga-se, eles não haviam consultado –, garantiriam as novas fronteiras da Checoslováquia assim mutilada.

Muitos de nós, mesmo fora dos círculos governamentais, pensávamos que Bonnet era a encarnação perfeita do derrotismo e que todas as suas hábeis manobras verbais tinham o objectivo de uma "paz a todo o custo". No seu livro, escrito depois da guerra, esforça-se, naturalmente, por atirar todas as responsabilidades para cima de Chamberlain e Halifax. Mas não pode haver nenhuma dúvida no que toca à sua principal preocupação: ele esperava não ter de cumprir o compromisso, formal e preciso, que a França acabava de renovar, de combater pela Checoslováquia. Os gabinetes britânico e francês deste período pouco mais apresentavam, em termos de uma frente comum, do que dois melões demasiado maduros, amparados um ao outro, justamente quando era preciso demonstrar uma consistência de aço. Num ponto estavam absolutamente de acordo: os checos não seriam consultados. Seriam postos perante as decisões dos seus tutores. [...]

Ao apresentarem a sua decisão ou o seu ultimato aos checos, a Inglaterra e a França afirmavam:

---

[4] Keith Fieling, biógrafo de Neville Chamberlain. (Nota do tradutor)
[5] FIELING, Keith, *Life of Neville Chamberlain*, p. 367.
[6] Georges Bonnet era, na época, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo francês. (Nota do tradutor)

Os governos francês e britânico reconhecem a amplitude do sacrifício exigido à Checoslováquia. Ambos consideraram ser seu dever fixar nitidamente as condições essenciais da vossa segurança...O primeiro-ministro britânico deve retomar as conversações com Hitler o mais tardar na quarta-feira, ou ainda antes, se for possível. Consideramos, portanto, que devemos pedir que a vossa resposta nos seja remetida o mais rapidamente possível.

E, em 19 de Setembro, ao início da tarde, as propostas da cedência imediata à Alemanha de todas as zonas checas que tivessem mais de 50% de habitantes germânicos foram, consequentemente, entregues ao governo checo. A Grã-Bretanha, afinal de contas, não estava obrigada por nenhum tratado a defender a Checoslováquia, nem se tinha comprometido mesmo informalmente. Mas a França comprometera-se, claramente, mediante um tratado, a fazer a guerra à Alemanha se esta atacasse a Checoslováquia. Durante vinte anos, o presidente Benés tinha sido o aliado fiel e quase vassalo da França, apoiando sempre, na Sociedade das Nações e em todas as ocasiões, a política e os interesses franceses. Se alguma vez existiu, no espaço e no tempo, um caso de dever sagrado, foi bem este. As declarações sonoras dos senhores Blum[7] e Daladier estavam ainda frescas e vívidas. Um governo francês que não honrava a palavra da França era um presságio de perdição.

Sempre pensei que Benés fez mal em ter cedido. Devia ter defendido a sua linha fortificada. Depois de iniciado o combate – era essa a minha convicção na época –, a França, num ímpeto de entusiasmo nacional, iria em seu socorro, e a Grã-Bretanha juntar-se-ia quase imediatamente à França. No ponto alto da crise, em 20 de Setembro, fui passar dois dias a Paris para me avistar com Reynaud e Mandel, meus amigos do governo francês. Os dois ministros encontravam-se completamente angustiados e prestes a apresentar a sua demissão do governo Daladier. Não era, na minha opinião, a atitude a tomar, dado que o seu sacrifício não podia modificar o curso dos acontecimentos, e, a perda dos seus dois homens mais capazes e decididos não podia senão enfraquecer o governo francês. Arrisquei-me mesmo a transmitir-lhes a minha opinião. Depois desta penosa visita, regressei a Londres.

Na noite de 20 para 21 de Setembro, às duas horas da madrugada, os embaixadores inglês e francês em Praga avistaram-se com o presidente Benés para o informar de que não havia esperança de arbitragem na base do tratado germano-checoslovaco de 1925, e insistiram que as propostas anglo-francesas fossem aceites, *"antes que se produzisse uma situação pela qual a França e a Grã-Bretanha não poderiam assumir a responsabilidade"*. O governo francês, pelo menos, teve suficiente vergonha da sua comunicação para instruir o seu representante no sentido de só fazer a comunicação verbalmente. Sob esta pressão, em 21 de Setembro, o governo checo inclinou-se perante as propostas anglo-francesas. Nessa ocasião, encontrava-se em Praga um general francês de nome Faucher. Estava na Checoslováquia, desde 1919, com a Missão Militar francesa, a qual chefiava desde 1926. Pediu imediatamente a sua demissão ao governo francês e colocou-se à disposição do Exército Checoslovaco. Ao mesmo tempo, adoptou a nacionalidade checa.

Para a sua defesa, os franceses apresentaram os seguintes argumentos, que não deixavam de ter algum peso: se a Checoslováquia tivesse recusado submeter-se e daí resultasse a guerra, a França teria cumprido as suas obrigações. Mas, uma vez que os checos, sob o efeito das pressões, quaisquer que elas fossem, decidiam ceder, a honra da França estava salva. Cabe à história fazer o devido julgamento.

Nesse mesmo dia 21 de Setembro, enviei à imprensa de Londres uma declaração sobre a crise em curso:

A divisão da Checoslováquia, sob a pressão da Inglaterra e da França, equivale a uma capitulação total das democracias ocidentais perante a ameaça de emprego da força por parte dos nazis. Um

[7] Léon Blum fora primeiro-ministro do governo francês por duas vezes – 1936/1937 e, durante 28 dias, em 1938. (Nota do tradutor)

tal colapso não trará a paz nem a segurança à Inglaterra e à França. Pelo contrário, coloca estas duas nações numa situação ainda mais debilitada e mais perigosa. O simples facto de a Checoslováquia ser neutralizada implica a libertação de 25 divisões alemãs, que virão pesar na frente ocidental; além disso, abre aos nazis o caminho do Mar Negro. Não é apenas a Checoslováquia que se encontra ameaçada, mas também a liberdade e a democracia em todas as nações. Crer que podemos obter a segurança lançando um pequeno país como pasto dos lobos é uma ilusão fatal. A Alemanha desenvolverá o seu potencial de guerra num curto prazo, mais rapidamente do que será possível à França e à Grã-Bretanha completarem as medidas necessárias para a sua defesa.

Na assembleia da Sociedade das Nações, em 21 de Setembro, Litvinov[8] apresentou uma advertência oficial:

A Checoslováquia sofre, actualmente, a ingerência de um Estado vizinho, que ameaça publica e ruidosamente de a atacar. Uma das nações europeias mais antigas, mais cultas, mais laboriosas, e cuja independência foi adquirida após séculos de opressão, pode ter, hoje ou amanhã, de recorrer às armas para salvaguardar a sua liberdade...

Um acontecimento como o desaparecimento da Áustria deixou indiferente a Sociedade das Nações. O governo soviético, consciente do alcance deste acontecimento, tanto para o conjunto da Europa como para a Checoslováquia, em particular, logo após o Anschluss[9], estabeleceu imediatamente contacto com as grandes potências europeias e propôs-lhes deliberar imediatamente sobre as possíveis consequências desta anexação, e adoptar, em comum, medidas preventivas. Para nossa grande mágoa, essa proposta – que, se lhe tivesse sido dado seguimento, poderia ter-nos poupado a angústia que actualmente pesa sobre o mundo inteiro por causa da sorte da Checoslováquia – não foi tida na conta do seu justo valor... Alguns dias antes da minha partida para Genebra, o governo francês, pela primeira vez, procurou saber qual seria a nossa posição em caso de agressão contra a Checoslováquia; em nome do meu governo, dei-lhe a seguinte resposta, a qual me parece perfeitamente clara e sem equívocos:

Da nossa parte, temos a intenção de cumprir as nossas obrigações previstas no tratado e prestar, ao lado da França, a ajuda à Checoslováquia, de acordo com os meios à nossa disposição. O nosso ministério da Guerra está pronto, desde já, a participar numa conferência com os representantes dos ministérios da Guerra francês e checoslovaco, para prever as medidas exigidas pelas circunstâncias...

Foi apenas há dois dias que o governo checo perguntou oficialmente ao meu governo se a União Soviética, no quadro do pacto de assistência soviético-checo, prestaria à Checoslováquia uma ajuda eficaz e imediata, no caso de a França, fiel aos seus compromissos, lhe prestar uma ajuda semelhante. O meu governo respondeu claramente pela afirmativa.

É surpreendente, na verdade, que esta declaração pública e sem restrições, de uma das maiores potências em causa, não tenha tido nenhuma influência nas negociações do Sr. Chamberlain, ou na maneira como a França geriu a crise. Ouvi sugerir que a Rússia estava geograficamente incapacitada de enviar tropas para a Checoslováquia, e que a sua participação, em caso de guerra, estaria limitada a um diminuto apoio aéreo. Seria necessário, naturalmente, o consentimento da Roménia e, em menor escala, da Hungria, para autorizar as forças russas a atravessar os seus territórios. Nós não teríamos dificuldade em a obter da Roménia, como me

[8] Maxim Litvinov era o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético. (Nota do tradutor)
[9] Em alemão no original, significando "anexação". Na época, o termo era imediatamente conotado com a anexação da Áustria ao III Reich. (Nota do tradutor)

referiu o Sr. Maisky[10], sob a pressão e com as garantias de uma grande coligação colocada sob a égide da Sociedade das Nações.

Duas linhas férreas ligavam a Rússia e a Checoslováquia através dos Cárpatos, uma ao norte, partindo de Czernowitz pela Bukovina, a outra ao sul, atravessando a Hungria por Debrecsen. Estas duas linhas, que num caso e noutro evitavam Bucareste e Budapeste, teriam sido suficientes para o transporte de um exército russo de 30 divisões. Estas possibilidades representavam uma garantia de paz, na medida em que fariam com que Hitler reflectisse seriamente, e, em caso de guerra, teriam, quase de certeza, sido largamente ampliadas. Também houve quem sublinhasse a duplicidade e a má-fé dos soviéticos. A verdade é que a oferta soviética ficou sem resposta. Não quisemos recorrer aos russos para enfrentar Hitler e tratámo-los com indiferença – para não dizer com desdém –, facto de que Estaline guardaria memória. Os acontecimentos seguiram o seu curso, como se a União Soviética não existisse, e por isso pagámos um elevado preço pouco depois.

Fim da 1.ª Parte

In Winston Churchill, *The Second World War*

Tradução de David Martelo a partir da versão francesa da obra – *Mémoires sur la deuxième Guerre Mondiale – Vol. I – L'Orage Approche – D'Une Guerre à l'autre – 1919-1939*, Plon, Paris, 1948, pp. 305-312. – Outubro de 2019

[10] Embaixador da União Soviética no Reino Unido. (Nota do tradutor)